

ESTRUTURA DE PROPRIEDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM COMPANHIAS ABERTAS

ALINE LUIZA BRUSCO PLETSCH

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

aline.brusco@live.com

EVANILDE GOLLO CORDAZZO

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECO

evanilde@unochapeco.edu.br

GEOVANNE DIAS DE MOURA

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

geomoura@terra.com.br

SADY MAZZIONI

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ - UNOCHAPECÓ

sady@unochapeco.edu.br

ESTRUTURA DE PROPRIEDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM COMPANHIAS ABERTAS

RESUMO

O estudo analisou a relação entre as variáveis de estrutura de propriedade e a responsabilidade socioambiental em companhias abertas brasileiras. As variáveis de estrutura de propriedade investigadas foram a concentração acionária, propriedade gerencial, propriedade governamental, propriedade internacional e propriedade institucional. A responsabilidade socioambiental foi analisada por meio de um índice constituído por 91 indicadores, elaborado a partir das recomendações da *Global Reporting Initiative* (GRI). Realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa em uma amostra composta por 34 companhias abertas. Em relação aos indicadores, classificados nas dimensões econômica, ambiental e social, os resultados revelaram que o maior indicador médio encontrava-se na dimensão econômica, enquanto o menor referia-se a dimensão social. No tocante a estrutura de propriedade, constatou-se que o percentual médio de concentração de direitos de voto foi de 59,94%. Quanto aos tipos de proprietários, percebeu-se que a propriedade internacional e a propriedade governamental se destacaram com maior representatividade. A propriedade gerencial foi o tipo de propriedade com menor percentual médio. Por fim, constatou-se associação negativa entre a concentração acionária e a responsabilidade socioambiental e associação positiva da propriedade governamental e da propriedade internacional com a responsabilidade socioambiental. As variáveis referentes à propriedade gerencial e institucional não apresentaram significância estatística.

Palavras-chave: Estrutura de propriedade. Responsabilidade socioambiental. Companhias abertas.

OWNERSHIP STRUCTURE AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY IN LISTED COMPANIES.

ABSTRACT

This paper investigates the relationship between ownership structure variables and social and environmental responsibility in listed companies. The variables of ownership structure investigated were the stock concentration, managerial property, governmental property, international property and institutional property. Social and environmental responsibility was analyzed through an index of 91 indicators, based on the recommendations of the Global Reporting Initiative (GRI). Descriptive, documentary and quantitative research was carried out in a sample of 34 listed companies. In relation to the indicators, which were divided into economic, environmental and social dimensions, the results showed that the highest average indicator was in the economic dimension, while the lowest was the social dimension. Regarding the ownership structure, it was verified that the average percentage of concentration of voting rights was 59.94%. As to the types of landowners, it was perceived that international property and government ownership stood out positively. Managerial ownership was the type of property with the lowest average percentage. Finally, there was a negative association between the shareholding concentration and social and environmental responsibility and positive association of government ownership and international ownership with social and environmental responsibility. The variables related to managerial and institutional property did not present statistical significance.

Keywords: Ownership structure. Social and environmental responsibility. Listed companies.

1 INTRODUÇÃO

Na medida em que a sociedade se torna cada vez mais preocupada com os aspectos sociais e ambientais, aumenta também a exigência para que as empresas se envolvam e divulguem mais informações relevantes sobre o seu desempenho nestas áreas (MENG et al., 2014). Assim, a divulgação de informações de natureza social e ambiental pode ser vista como uma ação estratégica, capaz de moldar as percepções das partes interessadas e justificar a aceitação e aprovação das operações realizadas pelas empresas (HU; ZHU; HU, 2016).

As preocupações sociais e ambientais podem ser vistas como novos aspectos, que não estão associados aos objetos principais das empresas, mas que podem ser criadores de valor (CRISÓSTOMO; FREIRE; PARENTE, 2013). Por isso, o tema responsabilidade socioambiental tem recebido evidência no decorrer dos anos e despertado o interesse da sociedade como um todo. Especificamente nas empresas, trata-se de um modelo de gestão mais transparente, ético e que inclui as dimensões sociais e ambientais (DI DOMENICO et al., 2016). Adicionalmente, a sociedade passou a valorizar, além da qualidade dos produtos, preço e cumprimento da legislação, também as ações que ajudam a minimizar os problemas sociais e ambientais (BUSCH; RIBEIRO, 2009).

Consequentemente, a responsabilidade socioambiental passou a ser compreendida pelas empresas como uma necessidade à sobrevivência e como um estímulo para novas estratégias de gestão (DI DOMENICO et al., 2016). As empresas passaram a ser avaliadas de uma forma ampla, que vai além dos indicadores tradicionais, englobando, inclusive, a forma como interagem com as demandas sociais e ambientais (CRISÓSTOMO; FREIRE; PARENTE, 2013).

Ressalta-se que a responsabilidade socioambiental, por parte das empresas, é uma tendência que está alinhada com o crescente interesse de uma variedade de *stakeholders*. Alguns desses *stakeholders* têm o poder de influenciar nas decisões gerenciais, nesse caso, para um maior envolvimento social e ambiental (LU; ABEYSEKERA, 2014; HU; ZHU; HU, 2016). Os principais *stakeholders* que podem influenciar nas empresas são tipicamente grupos de acionistas, como investidores estrangeiros, investidores institucionais e o próprio governo, por exemplo (LU; ABEYSEKERA, 2014).

Estudos internacionais (OH; CHANG; MARTYNOV, 2011; JUHMANI, 2013; SOLIMAN; EL DIN; SAKR, 2013; HU; ZHU; HU, 2016) confirmam que a responsabilidade socioambiental está associada à estrutura de propriedade, ou seja, pode sofrer influência dos diferentes tipos de proprietários da empresa, haja vista que, segundo Hu, Zhu e Hu (2016) tipos diferentes de proprietários podem ter preferências divergentes em relação às várias decisões corporativas.

Todavia, diversos autores, tais como Uwalomwa (2011), Oh, Chang e Martynov (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012) e Hu, Zhu e Hu (2016) destacam que o número de pesquisas que têm investigado a relação entre estrutura de propriedade e responsabilidade socioambiental é bastante reduzido, principalmente em países de economias emergentes, a exemplo do Brasil. Nesse contexto, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: Qual a relação entre estrutura de propriedade e responsabilidade socioambiental em companhias abertas brasileiras? Assim, o objetivo do estudo consiste em analisar a relação entre as variáveis de estrutura de propriedade e a responsabilidade socioambiental em companhias abertas brasileiras.

Busca-se com este estudo contribuir para as lacunas, ainda existentes, no âmbito da relação entre estrutura de propriedade e responsabilidade socioambiental em companhias abertas. Além do reduzido número de estudos, outro fator relevante é a importância que o tema responsabilidade socioambiental vem apresentando e a atenção, cada vez maior, que tem atraído dos investigadores, decisores políticos, órgãos reguladores e acadêmicos de países

desenvolvidos e emergentes, conforme ressaltam Sufian e Zahan (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016).

2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental tem recebido uma atenção significativa de acadêmicos pesquisadores e de profissionais de negócios. O interesse surgiu, principalmente, a partir do advento da globalização e do comércio internacional, que refletiram-se em negócios de maior complexidade e novas exigências de transparência e cidadania corporativa, por parte dos diversos *stakeholders*. Apesar dos governos tradicionalmente assumirem a responsabilidade para a melhoria das condições de vida da população, as necessidades da sociedade excedem as capacidades dos governos para cumpri-los. Por isso, o foco está se voltando para o papel das empresas na sociedade, e as empresas estão buscando se diferenciar por meio do envolvimento em ações socioambientais (SOLIMAN; EL DIN; SAKR, 2012).

O conceito de responsabilidade socioambiental tem sido progressivamente associado com objetivos organizacionais amplos que envolvem maior consciência social e ações com menor impacto ambiental (UWALOMWA, 2011). No âmbito social, segundo Ashley (2003), é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. No mesmo sentido, Cabestre, Graziadei e Filho (2008) explicam que a responsabilidade social tem como característica o fato das atividades e atitudes possuírem base em valores definidos na ética e moral, tendo como objetivo maior mitigar os impactos negativos que as instituições podem causar no ambiente em que atuam. Quanto ao aspecto ambiental, Albanio e Tatsch (2016), descrevem que se trata das ações que estimulam as organizações a considerarem o resultado de suas atividades sobre o meio ambiente, com menor impacto ambiental, aproveitando materiais e resíduos oriundos de seu processo produtivo, para oferecer produtos denominados sustentáveis.

É importante ressaltar que, no Brasil, não existe uma legislação vigente que obrigue todas as empresas a serem socialmente responsáveis, exceto aquelas que possuem mais de 500 funcionários, em concordância com a Lei nº 1305/2003 (ETHOS, 2003). As empresas de médio porte não possuem essa obrigatoriedade, sendo que apresentar vantagens do uso de medidas sociais aos gestores ainda é o meio mais adequado para que a prática aconteça. Porém, como argumenta Fernandes (2006), a responsabilidade social vai além do que a lei exige, fazendo parte da aceitação pela empresa de uma obrigação social que a ultrapassa. Esta visão acompanha a chamada perspectiva europeia, de que ser socialmente responsável não se restringe ao compromisso de cumprimento de todas as recomendações e obrigações legais.

No campo teórico, conforme alerta Pinto et al. (2009), é comum ocorrer uma confusão entre atividades filantrópicas e ações de responsabilidade socioambiental. Enquanto as ações filantrópicas tratam especificamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz, e tem o objetivo de solucionar problemas sociais, as ações socioambientais são mais pontuais, de caráter assistencialista, desenvolvidas pela empresa em benefício da comunidade e/ou de organizações.

Nesse contexto pode-se dizer que a responsabilidade socioambiental, não pode ser vista como uma atribuição facultativa às atividades estratégicas da empresa, sendo, portanto, a demonstração da forma como uma empresa é gerida e é hoje um referencial competitivo para as empresas de todos os segmentos de mercado (FERNANDES, 2006). Este fator tem crescido em sua importância estratégica, com tendência de no futuro próximo, ser tão importante como a qualidade, a competitividade, os preços ou a capacidade de atrair mão de obra com qualificação.

3 INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA DE PROPRIEDADE NA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E HIPÓTESES DA PESQUISA

A literatura aponta diversos fatores que influenciam na responsabilidade socioambiental das empresas, dentre os relacionados com a estrutura de propriedade podem ser citados a concentração acionária (CRISÓSTOMO; FREIRE; PARENTE, 2013; JUHMANI, 2013; CHANG; ZHANG, 2015); propriedade gerencial (OH; CHANG; MARTYNOV, 2011; UWALOMWA, 2011; JUHMANI, 2013; SOLIMAN; EL DIN; SAKR, 2013; CHANG; ZHANG, 2015); propriedade governamental (JUHMANI, 2013; HU; ZHU; HU, 2016); propriedade internacional (OH; CHANG; MARTYNOV, 2011; SOLIMAN; EL DIN; SAKR, 2013; SUFIAN; ZAHAN, 2013; HU; ZHU; HU, 2016) e propriedade institucional (OH; CHANG; MARTYNOV, 2011; CHANG; ZHANG, 2015; HU; ZHU; HU, 2016). Na sequência, descreve-se cada um deles, juntamente com as respectivas hipóteses de pesquisa.

3.1 CONCENTRAÇÃO ACIONÁRIA

A concentração acionária representa a participação substancial de um acionista na estrutura de propriedade de uma empresa, ou seja, significa que uma grande quantidade de ações votantes está em posse de um único acionista controlador, ou então, de um pequeno grupo de acionistas (JUHMANI, 2013; CHANG; ZHANG, 2015). Nesses casos, de acordo com Juhmani (2013) e Sufian e Zahan (2013), a concentração acionária pode atuar como um mecanismo de controle, capaz de impedir que gestores atuem em benefício próprio. Mas, por outro lado, quando há um grande acionista controlador, as empresas podem se tornar menos propensas a divulgarem mais informação, porque seus principais investidores conseguem acessar fontes internas para obter as informações que necessitam.

As informações voluntárias, como as de natureza socioambiental, segundo Juhmani (2013), são fornecidas para satisfazer as necessidades de diversas partes interessadas. Todavia, quando existem menos interessados, ou seja, quando existe um grande acionista controlador, é provável que menos informações voluntárias sejam divulgadas pela empresa.

Juhmani (2013) em uma análise realizada em uma amostra composta por 41 companhias abertas do Bahrein e Hu, Zhu e Hu (2016) em uma amostra de 491 companhias abertas da China verificaram que a concentração acionária estava negativamente relacionada com a divulgação de informações de natureza social e ambiental. Sendo assim, com base no exposto, se estabelece a primeira hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: Há uma associação negativa entre a concentração acionária e a responsabilidade socioambiental.

3.2 PROPRIEDADE GERENCIAL

Propriedade gerencial significa que gestores, tais como diretores ou membros do conselho de administração, possuem participação acionária na empresa (SUFIAN; ZAHAN, 2013; JUHMANI, 2013; CHANG; ZHANG, 2015). O principal objetivo é alinhar os interesses entre acionistas e gestores, haja vista que gestores com ações se tornam mais motivados a aumentar o valor da empresa e a riqueza dos demais acionistas. Uma vez que fazendo isso também aumentarão a sua própria riqueza (JUHMANI, 2013).

Nesse sentido, Uwalomwa (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012) e Chang e Zhang (2015) também destacam que se os gestores possuem participação acionária, estarão mais propensos a tomarem decisões que visem maximizar o patrimônio e o valor das ações. Além disso, de acordo com Juhmani (2013), os gestores que possuem participações acionárias também passam a reconhecer e valorizar os benefícios de mercado que surgem em decorrência de um aumento do nível e da qualidade da informação divulgada.

Deste modo, como os gestores têm os mesmos interesses dos acionistas, divulgarão mais informações. De modo mais específico, as informações ambientais são úteis e importantes para às empresas se comunicarem com as partes interessadas sobre a realização de ações ambientalmente responsáveis e para reduzir desentendimentos das práticas de proteção do meio ambiente (CHANG; ZHANG, 2015). Diante do exposto, se estabelece a segunda hipótese de pesquisa:

Hipótese 2: Há uma associação positiva entre propriedade gerencial e a responsabilidade socioambiental.

3.3 PROPRIEDADE GOVERNAMENTAL

A propriedade governamental trata-se da participação acionária do governo nas empresas (JUHMANI, 2013; HU; ZHU; HU, 2016). Nesse sentido, Hu, Zhu e Hu (2016) ressaltam que os objetivos do governo, enquanto acionista, vão além de lucro e incluem também objetivos sociais. Como exemplo, os autores citam a necessidade de aumentar o número de empregados e realizar ações socioambientais.

Além disso, de acordo com Juhmani (2013), o governo, como órgão regulador, de modo geral, tende a solicitar para todas as companhias uma maior transparência e maior responsabilidade socioambiental. Consequentemente, irá influenciar para que as empresas em que participa como acionista, também divulguem mais informações. No mesmo sentido, Choi, Sami e Zhou (2010) ressaltam que o governo, como promotor da maximização do bem-estar público, precisa buscar sempre melhorar a transparência geral da divulgação corporativa para todos os usuários de informações. Assim, se estabelece a terceira hipótese de pesquisa:

Hipótese 3: Há uma associação positiva entre a propriedade governamental e a responsabilidade socioambiental.

3.4 PROPRIEDADE INTERNACIONAL

De acordo com autores como Soliman, El Din e Sakr (2012), Sufian e Zahan (2013) e Hu, Zhu e Hu (2016), as empresas podem ser influenciadas por práticas internacionais se houver participação acionária dos investidores internacionais em suas estruturas de propriedade. Hu, Zhu e Hu (2016) destacam que na América do Norte e na Europa, por exemplo, há uma exigência crescente pela divulgação de informações socioambientais e, por isso, a participação de investidores de tais regiões poderia influenciar para um aumento na evidenciação de informações socioambientais nas empresas de países emergentes em que participam como acionistas.

Além disso, Soliman, El Din e Sakr (2012) e Hu, Zhu e Hu (2016) mencionam que investir em empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, que divulgam informações de melhor qualidade é uma estratégia que investidores internacionais, da mesma forma como investidores institucionais, possuem para reduzir o risco dos seus investimentos. Soliman, El Din e Sakr (2012) salientam ainda que o investimento neste tipo de empresa, por parte dos investidores internacionais, além de ser uma maneira de reduzir o risco, também se trata de uma forma de mostrar que é um investidor altamente respeitável. Nesse contexto, se estabelece a quarta hipótese de pesquisa:

Hipótese 4: Há uma associação positiva entre propriedade internacional e a responsabilidade socioambiental.

3.5 PROPRIEDADE INSTITUCIONAL

Propriedade institucional refere-se à participação acionária de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos mútuos, sociedades de investimentos, entre outros (SOLIMAN; EL DIN; SAKR, 2012; CHANG; ZHANG, 2015; HU; ZHU; HU, 2016). Diversos autores (OH; CHANG; MARTYNOV, 2011; CHANG; ZHANG, 2015; HU; ZHU;

HU, 2016) sugerem que os investidores institucionais possuem participações consideráveis de ações e, por isso, exercem influência nas decisões organizacionais das empresas.

Normalmente, são grupos constituídos por investidores individuais que juntos ganham força e detêm mais ações em relação a um único acionista ordinário individual. São vistos como investidores de longo prazo e normalmente desempenham um papel ativo no monitoramento das decisões gerenciais. Também contribuem para a melhoria das práticas de governança corporativa e para o aumento da evidenciação de informações das empresas que recebem seus investimentos (MACÊDO; MOURA; HEIN, 2013).

Usando as vantagens de poder e informação, segundo Chang e Zhang (2015), os proprietários institucionais tendem a ser mais ativamente envolvidos nas decisões das empresas do que os proprietários não institucionais. Ressaltam que os investidores institucionais são investidores de longo prazo, razão pela qual teriam preferências em realizar ações ambientais. Para os autores, acionistas de longo prazo são mais propensos a apoiarem práticas de gestão ambiental e exigirem a divulgação de informações de melhor qualidade.

Os investidores institucionais, conforme relatam Soliman, El Din e Sakr (2012), estão associados ao aumento das ações e da divulgação de informações socioambientais, principalmente porque boa reputação socioambiental é um indicador de comportamento gerencial competente. Desse modo, se estabelece a quinta hipótese de pesquisa:

Hipótese 5: Há uma associação positiva entre propriedade institucional e a responsabilidade socioambiental.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados. A população objeto do estudo é composta pelas empresas listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A amostra é considerada intencional e não probabilística, compreendendo 34 companhias que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

O ISE foi lançado em 2005 pela BM&FBovespa em conjunto com as instituições: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBIMA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *International Finance Corporation* (IFC), Instituto *ETHOS* e Ministério do Meio Ambiente para corresponder a uma tendência mundial, que trata-se da procura, por investidores, de empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicação de recursos (BM&FBOVESPA, 2017).

Definida a amostra, em seguida, foram consultados os relatórios anuais e/ou de sustentabilidade modelo GRI do ano de 2015 para verificar o nível de responsabilidade socioambiental de tais empresas. Para isso, elaborou-se um índice, a partir das recomendações da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão 4, composto por 91 indicadores de desempenho, divididos em três dimensões: econômica (9), ambiental (34) e social (48).

Os indicadores da dimensão econômica estão subdivididos nos aspectos: desempenho econômico (4), presença no mercado (2), impactos econômicos indiretos (2) e práticas de compra (1). Os indicadores da dimensão ambiental subdividem-se nos aspectos: materiais (2), energia (5), água (3), biodiversidade (4), emissões (7), efluentes e resíduos (5), produtos e serviços (2), conformidade (1), transporte (1), geral (1), avaliação ambiental de fornecedores (2) e mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais (1). Por fim, os indicadores da dimensão social estão subdivididos em três subcategorias: práticas trabalhistas e trabalho decente (16); que apresentam os seguintes indicadores: emprego (3), relações trabalhistas (1), saúde e segurança no trabalho (4), treinamento e educação (3), diversidade e

igualdade de oportunidades (1), igualdade de remuneração entre homens e mulheres (1), avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas (2), mecanismos de queixas e reclamações relacionadas à prática trabalhista (1); dentro da subcategoria direitos humanos (12), encontram-se os indicadores de investimentos (2), não-discriminação (1), liberdade de associação e negociação coletiva (1), trabalho infantil (1), trabalho forçado ou análogo ao escravo (1), práticas de segurança (1), direitos dos povos indígenas e tradicionais (1), avaliação (1), avaliação de fornecedores em direitos humanos (3), mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos (1); na subcategoria sociedade (11) encontram-se os indicadores de comunidades locais (2), combate à corrupção (3), políticas públicas (1), concorrência desleal (1), conformidade (1), avaliação de fornecedores em impacto na sociedade (2), mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade (1); e por último apresenta-se a subcategoria de responsabilidade pelo produto (9) com os indicadores de: saúde e segurança do cliente (2), rotulagem de produtos e serviços (3), comunicações de marketing (2), privacidade do cliente (1), conformidade (1).

Em seguida, foram coletados os dados referentes à estrutura de propriedade das empresas, como destacado no construto da pesquisa, apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Quadro das variáveis dependentes, independentes e de controle

Variáveis		Descrição	Fonte de dados	Autores de base
		Como calcular		
Depend.	Índice de Responsabilidade Socioambiental (Ind_RespSocioamb)	Indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) versão 4	Relatórios anuais e/ou de sustentabilidade modelo GRI	Juhmani (2013); Chang e Zhang (2015); Hu, Zhu e Hu (2016)
	Concentração acionária (Conc_Acion)	% Ações ordinárias em posse do controlador	Formulário de Referência: Seção 6.3 – Breve histórico; Seção 8.1 - Descrição do grupo econômico; Seção 15.2 - Posição acionária; Seção 15.4 – Organograma dos acionistas; Seção 15.5 – Acordo de acionistas.	Crisóstomo, Freire e Parente (2013); Juhmani (2013); Chang e Zhang (2015)
Propriedade gerencial (Propr_Gerenc)	% Ações ordinárias em posse dos administradores	Juhmani (2013); Soliman, El Din e Sakr (2013); Chang e Zhang, (2015)		
Propriedade governamental (Propr_Govern)	% Ações ordinárias em posse do governo	Juhmani (2013); Hu, Zhu e Hu (2016)		
Propriedade internacional (Propr_Internac)	% Ações ordinárias em posse de investidores internacionais	Soliman, El Din e Sakr (2013); Sufian e Zahan (2013); Hu, Zhu e Hu (2016)		
Propriedade institucional (Prop_Instituc)	% Ações ordinárias em posse de investidores institucionais	Oh, Chang e Martynov (2011); Chang e Zhang (2015); Hu, Zhu e Hu (2016)		
Controle	Tamanho	Log do Ativo total	Banco de dados Econômica	Juhmani (2013); Chang e Zhang (2015); Hu, Zhu e Hu (2016)
	Alavancagem	$\frac{PC + PNC}{\text{Ativo total}}$	Banco de dados Econômica	Soliman, El Din e Sakr (2013); Chang e Zhang (2015); Hu, Zhu e Hu (2016)
		ROA (L.L. / Ativo total)		
	Rentabilidade		Banco de dados Econômica	Crisóstomo, Freire e Parente (2013); Chang e Zhang (2015); Hu, Zhu e Hu (2016)
Idade da Companhia (Idade_Cia)	Anos decorridos desde a data de fundação constante no registro da CVM	Formulário de Referência: Dados cadastrais - Dados gerais	Oh, Chang e Martynov (2011); Soliman, El Din e Sakr (2013)	

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se, no Quadro 1, que os dados referentes a responsabilidade socioambiental foram coletados nos Relatórios Anuais e/ou de Sustentabilidade das empresas. Os dados das variáveis de estrutura de propriedade foram coletados nos Formulários de Referência: Seção 6.3 – Breve histórico; Seção 8.1 - Descrição do grupo econômico; Seção 15.2 - Posição acionária; Seção 15.4 – Organograma dos acionistas; Seção 15.5 – Acordo de acionistas. E, os dados das variáveis de controle foram coletados no banco de dados Economatica e nos Formulários de Referência: Seção de Dados cadastrais – Dados gerais. O período de coleta e de análise corresponde ao ano de 2015.

É possível observar ainda, no Quadro 1, que as variáveis de controle, ou seja, variáveis que também podem influenciar na Responsabilidade Socioambiental, conforme indicado na literatura, e que também são consideradas variáveis independentes na regressão, foram:

a) Tamanho - as grandes empresas têm maior visibilidade e atraem maior atenção dos grupos de investidores, a quem precisa-se responder mais atentamente. Portanto, espera-se uma associação positiva entre tamanho e responsabilidade socioambiental, conforme sugerem Juhmani (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016).

b) Alavancagem – a taxa de alavancagem mede a influência do poder dos credores. Nesse caso, os credores poderiam ser solidários com a responsabilidade socioambiental, em razão da preocupação com o risco de irresponsabilidade ambiental da empresa. Sendo assim, espera-se uma associação positiva entre alavancagem e responsabilidade socioambiental, conforme destacam Soliman, El Din e Sakr (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016).

c) Rentabilidade – empresas mais rentáveis possuem maior folga financeira e, por isso, são mais propensas e comprometidas com a responsabilidade socioambiental. Logo, também espera-se uma associação positiva entre rentabilidade e responsabilidade socioambiental, assim como sugerem Crisóstomo, Freire e Parente (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016).

d) Idade da Companhia - empresas que atuam a mais tempo no mercado tendem a possuir estruturas de governança de melhor qualidade. Além disso, estão sujeitas a análises mais rigorosas por parte de investidores e analistas. Portanto espera-se uma associação positiva entre idade da companhia e responsabilidade socioambiental, conforme destacado por Oh, Chang e Martynov (2011) e Soliman, El Din e Sakr (2013).

Após a coleta dos dados, partiu-se para a análise. Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva das variáveis de responsabilidade socioambiental e de estrutura de propriedade. Para tal, foram usadas medidas de estatísticas descritivas (médias, mínimos, máximos e desvio padrão). Em seguida, a análise de regressão linear múltipla foi realizada para verificar a influência da estrutura de propriedade na responsabilidade socioambiental. Destaca-se que foram observados os pressupostos de normalidade, por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov; multicolinearidade, por meio do fator de inflação de variância – VIF e Tolerance; homocedasticidade, por meio do teste de Pesarán-Pesarán; e ausência de autocorrelação serial, por meio do teste de Durbin-Watson.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção destina-se a descrição e análise dos dados coletados na pesquisa. Inicialmente, far-se-á a análise descritiva, em seguida apresentam-se os resultados que apoiam ou refutam as hipóteses da pesquisa. O primeiro aspecto investigado está descrito na Tabela 1 e buscou identificar e apresentar as estatísticas descritivas dos indicadores de responsabilidade socioambiental nas empresas da amostra.

Tabela 1 - Estatística descritiva dos indicadores de Responsabilidade Socioambiental

Estrutura de propriedade	Nº empresas	Percentual Mínimo	Percentual Máximo	Percentual Médio	Desvio Padrão
Indicadores Econômicos	34	0,00	100,00	58,17	28,70
Indicadores Ambientais	34	0,00	100,00	49,48	25,05
Indicadores Sociais	34	0,00	100,00	45,71	26,86
Indicadores Gerais	34	10,99	100,00	51,37	24,54

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação aos indicadores, percebe-se na Tabela 1, por meio do desvio padrão, que existe grande dispersão nos percentuais de evidenciação nas três dimensões (econômica, ambiental e social) e também no índice geral. Enquanto algumas empresas da amostra não apresentaram nenhuma informação, outras divulgaram 100% dos indicadores.

Especificamente no tocante aos indicadores econômicos, duas empresas não divulgaram nenhuma informação, ao passo que outras cinco divulgaram 100% das informações propostas no GRI. Sendo assim, o percentual médio identificado nessa dimensão foi de 58,17%. É importante ressaltar que essa dimensão possui o maior indicador médio.

Quanto aos indicadores ambientais, verifica-se na Tabela 1 que o percentual médio de divulgação foi de 49,48%, com desvio padrão de 25,05%. Apenas uma empresa apresentou 100% de divulgação nessa dimensão, enquanto que duas não apresentaram nenhuma divulgação. A média, inferior a 50%, se justifica, pois, apenas 18 empresas publicaram 50% ou mais dos indicadores ambientais analisados.

Os resultados apurados referentes aos indicadores sociais foram os mais baixos, no comparativo com as outras dimensões, apontando um percentual médio de divulgação de apenas 45,71%. Nessa dimensão, duas empresas não divulgaram nenhuma informação e apenas uma empresa divulgou 100% das informações sociais investigadas.

Por fim, em relação aos indicadores gerais, é possível perceber na Tabela 1 que o percentual médio evidenciado foi de 51,37%, ou seja, distante de 100%. O índice mínimo foi de 10,99% e o máximo foi de 100% conquistado por uma única empresa que evidenciou todas as informações investigadas.

Na Tabela 2 apresentam-se os dados provenientes da estrutura de propriedade das empresas da amostra.

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis de estrutura de propriedade

Estrutura de propriedade	Nº empresas	Percentual Mínimo	Percentual Máximo	Percentual Médio	Desvio Padrão
Concentração acionária	34	15,35	94,47	59,94	16,57
Propriedade gerencial	34	0,00	32,58	1,18	5,64
Propriedade governamental	34	0,00	94,08	14,51	25,65
Propriedade internacional	34	0,00	94,14	16,65	25,70
Propriedade institucional	34	0,00	44,37	9,25	14,06

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 2 que o percentual médio de concentração de direitos de voto nas empresas da amostra foi de 59,94%, sendo que 29 das 34 companhias possuíam um controlador com percentual superior a 50%. O percentual mínimo de concentração acionária foi de 15,35% e o máximo 94,47%. Ressalta-se que uma única empresa possuía controlador com percentual inferior a 35% e em quatro delas o percentual era superior a 85%. O desvio padrão equivalente a 16,57% indica que existem desigualdades significativas nos percentuais

de concentração acionária.

Em relação aos tipos de proprietários, percebe-se na Tabela 3 que a propriedade internacional e a propriedade governamental se destacaram positivamente, pois apresentaram percentuais médios equivalentes a 16,65% e 14,51%, respectivamente. Em relação à propriedade internacional o percentual mínimo identificado foi de 0% e o máximo de 94,14%. Quanto a propriedade governamental o percentual mínimo identificado foi de 0% e o máximo de 94,08%. O desvio padrão, para ambos os tipos de acionistas, ficou próximo a 25%, demonstrando que também existem diferenças nos percentuais.

Verifica-se ainda, na Tabela 2, que os investidores institucionais possuíam um percentual médio de 9,25%, sendo que o mínimo foi de 0%, o máximo de 44,37% e estavam presentes em quase metade das empresas da amostra. Verifica-se também que a propriedade gerencial é o tipo de propriedade que apresentou o menor percentual médio, correspondente a apenas 1,18%, sendo que o percentual mínimo foi de 0% e o máximo 32,58%.

Na Tabela 3 apresentam-se os coeficientes das regressões lineares múltiplas, que possibilitam analisar o poder preditivo da estrutura de propriedade, bem como das variáveis de controle, na responsabilidade socioambiental (variável dependente).

Tabela 3 - Coeficientes das regressões que analisam a influência da estrutura de propriedade na responsabilidade socioambiental

VARIÁVEIS	Coeficientes	Coeficientes	Coeficientes	Coeficientes	Coeficientes
	(estatística-t)	(estatística-t)	(estatística-t)	(estatística-t)	(estatística-t)
(Constante)	105,66**	85,66	88,16***	96,23***	87,020
	(2,02)	(1,60)	(1,70)	(1,83)	(1,54)
Conc_Acion	-0,52***	-	-	-	-
	(-1,88)	-	-	-	-
Propr_Gerenc	-	-0,64	-	-	-
	-	(-0,85)	-	-	-
Propr_Govern	-	-	14,17***	-	-
	-	-	(1,70)	-	-
Propr_Internac	-	-	-	0,27***	-
	-	-	-	(1,51)	-
Prop_Institut	-	-	-	-	0,03
	-	-	-	-	(0,08)
Tamanho	-1,23	-5,71	-4,96	-7,83	-5,38
	(-0,18)	(-0,82)	(-0,75)	(-1,13)	(-0,73)
Alavancagem	-24,14	4,61	-11,48	1,83	-1,58
	(-0,92)	(0,18)	(-0,47)	(0,08)	(-0,06)
Rentabilidade	2,13**	1,67***	2,02**	2,06**	1,78***
	(2,32)	(1,77)	(2,20)	(2,20)	(1,82)
Idade_Cia	0,18***	0,25***	0,19***	0,33**	0,24***
	(1,45)	(1,92)	(1,54)	(2,38)	(1,84)
R ² Ajustado	0,18	0,10	0,17	0,15	0,08
F-ANOVA	2,48**	1,76***	2,31***	2,15***	1,57***
Durbin Watson	2,12	2,30	2,25	2,18	2,30
Pesarán-Pesarán	0,76	0,73	0,79	0,74	0,70
VIF/Tolerance	<10	<10	<10	<10	<10

* Significativo a 1%

** Significativo a 5%

*** Significativo a 10%

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação às variáveis de estrutura de propriedade, nota-se na Tabela 3, que a variável “Conc_Acion” é estatisticamente significativa a um nível de 0,10. Portanto, não foi possível rejeitar a hipótese H₁, pois, o resultado demonstra que há uma associação negativa entre a concentração acionária e a responsabilidade socioambiental, confirmando o que foi apresentado nos estudos de Juhmani (2013) e Hu, Zhu e Hu (2016).

Outra variável que apresentou significância estatística a um nível de 0,10 foi “Propr_Govern”. Sendo assim, não foi possível rejeitar a hipótese H₃, pois o resultado indica que há uma associação positiva entre a propriedade governamental e a responsabilidade socioambiental. Esse resultado coaduna com o descrito na literatura (CHOI; SAMI; ZHOU, 2010; JUHMANI, 2013; HU; ZHU; HU, 2016), de que o governo tende a influenciar para que as empresas em que participa como acionista se envolvam em ações e também divulguem mais informações de natureza socioambientais.

Observa-se, ainda na Tabela 3, que a variável “Propr_Internac” também apresentou significância estatística a um nível de 0,10. Dessa forma, não se rejeita a hipótese H₄, já que o resultado evidencia que há uma associação positiva entre propriedade internacional e a responsabilidade socioambiental, assim como preconizam Oh, Chang e Martynov (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012) e Hu, Zhu e Hu (2016).

As variáveis “Propr_Gerencial” e “Propr_Instituc”, não apresentaram significância estatística. Sendo assim, a hipótese H₂ foi rejeitada, ou seja, para a amostra desta pesquisa, não se confirmou o que foi preconizado por Uwalomwa (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012), Juhmani (2013) e Chang e Zhang (2015), de que há uma associação positiva entre propriedade gerencial e a responsabilidade socioambiental. Também foi rejeitada a hipótese H₅, pois não se confirmou o que foi descrito por Oh, Chang e Martynov (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016), que há uma associação positiva entre propriedade institucional e a responsabilidade socioambiental.

No que tange às variáveis de controle, verifica-se na Tabela 3 que as variáveis “Rentabilidade” e “Idade_Cia” revelaram-se estatisticamente significantes. Esses resultados confirmam os relatos de Crisóstomo, Freire e Parente (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016) de que empresas mais rentáveis possuem maior folga financeira e, por isso, são mais propensas e comprometidas com a responsabilidade socioambiental. Também estão alinhados aos argumentos de Oh, Chang e Martynov (2011) e Soliman, El Din e Sakr (2013) de que empresas que atuam há mais tempo no mercado tendem a possuir estruturas de governança de melhor qualidade, estão sujeitas a análises mais rigorosas por parte de investidores, analistas e, por isso, também serão mais comprometidas com a responsabilidade socioambiental.

Quanto ao “Tamanho” e “Alavancagem”, nota-se na Tabela 3 que os coeficientes não foram estatisticamente significativos. Logo, não foi possível confirmar que o tamanho possui associação com a responsabilidade socioambiental, conforme sugerem Juhmani (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016). Da mesma forma, não se pode afirmar que o nível de alavancagem apresenta associação com a responsabilidade socioambiental, conforme destacam Soliman, El Din e Sakr (2013), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016).

Resumidamente, percebe-se que a concentração acionária, a propriedade governamental, a propriedade internacional, a rentabilidade e a idade das companhias podem ser consideradas fatores que influenciam na responsabilidade socioambiental das companhias abertas que compõem a amostra de pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar a relação entre as variáveis de estrutura de propriedade e a responsabilidade socioambiental nas companhias abertas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). As variáveis de estrutura de propriedade investigadas foram: concentração acionária, propriedade gerencial, propriedade governamental, propriedade internacional e propriedade institucional. A responsabilidade socioambiental foi analisada por meio de um índice constituído por 91 indicadores, elaborado a partir das recomendações da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para atender ao objetivo proposto, realizou-se pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa em uma amostra composta por 34 companhias abertas.

Em relação aos indicadores, que foram divididos nas dimensões econômica, ambiental, e social, os resultados revelaram que o maior indicador médio se encontrava na dimensão econômica, enquanto o menor referia-se a dimensão social. Por meio do indicador geral, que englobou os 91 indicadores, das três dimensões, verificou-se um percentual médio de 51,37%, ou seja, distante de 100%.

No tocante a estrutura de propriedade, constatou-se que o percentual médio de concentração de direitos de voto nas empresas da amostra foi de 59,94%, sendo que 29 das 34 companhias possuíam um controlador com percentual superior a 50%. Quanto aos tipos de proprietários, percebeu-se que a propriedade internacional e a propriedade governamental se destacaram positivamente, pois apresentaram percentuais médios equivalentes a 16,65% e 14,51%, respectivamente. Os investidores institucionais possuíam um percentual médio de apenas 9,25% e a propriedade gerencial foi o tipo de propriedade que apresentou o menor percentual médio, correspondente a apenas 1,18%.

Por fim, quanto ao poder preditivo das variáveis de estrutura de propriedade na responsabilidade socioambiental, inicialmente, constatou-se que havia uma associação negativa entre a concentração acionária e a responsabilidade socioambiental, confirmando o que foi descrito nos estudos de Juhmani (2013) e Hu, Zhu e Hu (2016), ou seja, havendo grande concentração acionária as empresas podem se tornar menos propensas a divulgarem mais informação, porque seus principais investidores conseguem acessar fontes internas para obter as informações que necessitam.

Os resultados também evidenciaram uma associação positiva entre a propriedade governamental e a responsabilidade socioambiental. Sinalizando que o governo tende a influenciar para que as empresas em que participa como acionista se envolvam em ações e também divulguem mais informações de natureza socioambientais, conforme relatado por Choi, Sami e Zhou (2010), Juhmani (2013) e Hu, Zhu e Hu (2016).

Além disso, verificou-se ainda uma associação positiva entre propriedade internacional e a responsabilidade socioambiental, assim como preconizam Oh, Chang e Martynov (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012) e Hu, Zhu e Hu (2016), pois, o envolvimento em ações socioambientais, além de ser uma maneira que tais investidores utilizam para reduzir riscos, também se trata de uma forma de mostrar que é um investidor altamente respeitável.

As variáveis referentes à propriedade gerencial e institucional não apresentaram significância estatística. Sendo assim, não se confirmou o que foi preconizado por Uwalomwa (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012), Juhmani (2013) e Chang e Zhang (2015), de que há uma associação positiva entre propriedade gerencial e a responsabilidade socioambiental. Também não se confirmou o que foi descrito por Oh, Chang e Martynov (2011), Soliman, El Din e Sakr (2012), Chang e Zhang (2015) e Hu, Zhu e Hu (2016), que há uma associação positiva entre propriedade institucional e a responsabilidade socioambiental.

A pesquisa orientou-se no sentido de contribuir para os estudos teóricos e empíricos sobre fatores que influenciam na responsabilidade socioambiental. Assim, estes achados fornecem evidências adicionais para a literatura existente, além de serem relevantes para os diversos usuários das informações contábeis, como analistas e investidores, por exemplo. Os resultados também despertam o interesse para novas pesquisas, sendo assim, recomenda-se verificar se o setor de atuação interfere nos resultados encontrados. Outras sugestões são que fatores diversos dos investigados neste estudo sejam pesquisados, também outros períodos de tempo, bem como, outras proxies para a responsabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ALBANIO, L. S.; TATSCH, M. P. A percepção de empresas do setor calçadista sobre práticas sustentáveis. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 12, n. 23, p. 241-260, 2016.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BM&FBOVESPA. Índices. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acessado em 02 de Fevereiro de 2017.

BUSCH, S. E.; RIBEIRO, H. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. **INTERFACEHS-Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 4, n. 2, p. 25, 2009.

CABESTRÉ, S. A.; GRAZIADEI, T. M.; POLESEL FILHO, P. Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. **Conexão - Comunicação e Cultura**, v. 7, n. 13, 2008.

CHANG, K.; ZHANG, L. The Effects of Corporate Ownership Structure on Environmental Information Disclosure - Empirical Evidence from Unbalanced Penal Data in Heavy-pollution Industries in China. **WSEAS Transactions on Systems and Control**, v. 10, 2015.

CHOI, J. J.; SAMI, H.; ZHOU, H. The impacts of state ownership on information asymmetry: Evidence from an emerging market. **China Journal of Accounting Research**, v. 3, p. 13-50, 2010.

CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. S.; PARENTE, P. H. N. Ownership concentration favors corporate social responsibility of Brazilian firm. In: Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - ANPCONT, 7, 2013, Fortaleza, **Anais...** ANPCONT, 2013.

DI DOMENICO, D.; MAZZIONI, S.; KRONBAUER, N. B.; SIMIONATTO, F. J. Responsabilidade socioambiental e a estrutura de propriedade das empresas listadas na BM&F BOVESPA. **Caderno de Administração**, v. 24, n. 1, p. 19-31, 2016.

ETHOS - **Instituto de Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br>> Acessado em: 23 Janeiro de 2017.

FERNANDES, F. R. C. Responsabilidade socioambiental e trabalho infantil na mineração. In: CASTILHOS, Z. C.; LIMA, M. H. R.; CASTRO, N. F. (Orgs.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006.

HU, Y. Y., ZHU, Y., HU, Y. Does ownership type matter for corporate social responsibility disclosure: Evidence from China. In: **Global Conference on Business & Finance Proceedings**. Institute for Business & Finance Research, 2016. p. 183.

JUHMANI, O. I. Ownership structure and corporate voluntary disclosure: Evidence from Bahrain. **International Journal of Accounting and Financial Reporting**, v. 3, n. 2, p. 133, 2013.

LU, Y.; ABEYSEKERA, I. Stakeholders' power, corporate characteristics, and social and environmental disclosure: evidence from China. **Journal of Cleaner Production**, v. 64, p. 426-436, 2014.

MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D.; HEIN, N. Investidores institucionais e práticas de governança corporativa: uma análise das maiores empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**, v. 11, n. 21, p. 1-20, 2013.

MADORRAN, C., GARCIA, T. Corporate social responsibility and financial performance: the spanish case. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 1, p. 20-28, 2016.

MENG, X. H.; ZENG, S. X.; SHI, J. J.; QI, G. Y.; ZHANG, Z. B. The relationship between corporate environmental performance and environmental disclosure: An empirical study in China. **Journal of Environmental Management**, v. 145, p. 357-367, 2014.

OH, W. Y.; CHANG, Y. K.; MARTYNOV, A. The effect of ownership structure on corporate social responsibility: Empirical evidence from Korea. **Journal of Business Ethics**, v. 104, n. 2, p. 283-297, 2011.

PINTO, F. R.; LEMOS, A. Q.; DA ROCHA, J. D. A.; FERREIRA, J. W. C. A percepção de empresários do setor de agronegócio sobre as práticas de responsabilidade socioambiental. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 437-452, 2009.

QIU, Y.; SHAUKAT, A.; THARYAN, R. Environmental and social disclosures: Link with corporate financial performance. **The British Accounting Review**, v. 48, n. 1, p. 102-116, 2016.

SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C.; FAMÁ, R. Atributos corporativos e concentração acionária no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 51-66, 2008.

SOLIMAN, M.; EL DIN, M. B.; SAKR, A. Ownership structure and corporate social responsibility (CSR): An empirical study of the listed companies in Egypt. **Available at SSRN 2257816**, 2013.

SUFIAN, M. A., ZAHAN, M. Ownership structure and corporate social responsibility disclosure in Bangladesh. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 3, n. 4, p. 901, 2013.

UWALOMWA, U. An empirical investigation of the association between firms characteristics and Corporate social disclosures in the nigerian financial sector. **Journal of Sustainable Development in Africa**, v. 13, n. 1, p. 60-74, 2011.

UWUIGBE, O. An Examination of the Relationship between Management Ownership and Corporate Social Responsibility Disclosure: A Study of Selected Firms in Nigeria. **Research Journal of Finance and Accounting**, v. 2, n. 6, p. 23-29, 2011.

VIRGINIO, D. F.; FERNANDES, L. V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal, RN. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 2, 2011.

VOLPON, C. T.; MACEDO-SOARES, D. L. A. de. Alinhamento estratégico da responsabilidade socioambiental corporativa em empresas que atuam em redes de relacionamento: resultados de pesquisa na Petrobras. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 3, p. 391-418, 2007.